



Ata nº 005 da Sessão Ordinária nº 005, de  
28 de janeiro de 2014.

1 Às nove horas do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas  
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva  
3 Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **DANIEL**  
4 **LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ, JOSÉ CARLOS ARAÚJO** e do Conselheiro  
5 substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 1587/2013; ausência justificada  
6 do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas  
7 dos Municípios do Estado do Pará, **ELIZABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado  
8 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos  
9 do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocada a Auditora Márcia Costa, a Auditora  
10 Adriana Oliveira e o Auditor Alexandre Cunha, para apresentar Proposta de Decisão, nos termos do  
11 artigo 72, III, "C" do RI/TCM/PA. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que  
12 assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos*  
13 *neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e  
14 aprovação das Atas das Sessões de nº 067/13 e nº 001/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA**  
15 **DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Houve a inversão de pauta,  
16 com o julgamento dos processos de nºs 03, 04, 05 e 06: **Processo nº 1200012002-00;**  
17 **Prefeitura Municipal de Palestina do Pará; Prestação de Contas – 2002; Responsável Valciney**  
18 **Ferreira Gomes; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral - Elisabeth Salame**  
19 **da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.**  
20 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
21 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi  
22 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de Parecer Prévio,*  
23 *recomendando à Câmara Municipal de Palestina do Pará a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal,*  
24 *exercício financeiro de 2002, de responsabilidade de Valciney Ferreira Gomes, face os descumprimentos do*  
25 *Art. 7º da Lei 9.424/96 e do Art. 29-A, I, da CF/88, assim como o pagamento a maior aos Gestores Municipais*  
26 *e os processos licitatórios incompletos, devendo o ordenador efetuar os seguintes recolhimentos: - aos Cofres*  
27 *Municipais: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pela infringência ao Artigo 5º, Inciso I, e §§ 1º e 2º, da Lei*  
28 *Federal nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos RGF's dos 1º e 2º semestres; - R\$ 13.788,96 (treze*  
29 *mil, setecentos e oitenta e oito reais e noventa centavos), relativo a devolução pelo pagamento a maior aos*  
30 *Gestores Municipais, (sendo R\$-8.111,04 ao Prefeito e R\$-5.677,92 ao Vice-Prefeito), devidamente atualizado.*  
31 *- Ao FUMREAP/TCM, instituído pela Lei nº 7.368/2009: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pela remessa*  
32 *intempestiva do PPA, da LDO, da LOA, do Balanço Geral, da prestação de contas dos 1º, 2º e 3º*  
33 *quadrimestres e dos RREO's dos 1º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, nos termos do Art. 120-B, I, II e IV, do*  
34 *RI/TCM/PA; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pelos descumprimentos do Art. 7º da Lei 9.424/96 e do Art.*  
35 *29-A, I, da CF/88, nos termos do Art. 120-A, II, do RI/TCM/PA; - R\$-10.000,00 (dez mil reais), multa pelos*  
36 *processos licitatórios incompletos, com base no Art. 57, da LC nº 084/2012. Cópia dos autos deve ser*  
37 *encaminhada ao Ministério Público Estadual*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda pediu Vista  
38 dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
39 **300012000-00; Prefeitura Municipal de Faro; Prestação de Contas – 2000; Responsável João**



Alfredo Ribeiro Carvalho; Instrução Auditor Sérgio Franco/1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão - Márcia Costa (Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com aplicação de multa e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua **proposta de Decisão**: "*pela emissão de parecer prévio pela rejeição das contas apresentadas pelo Sr. João Alfredo Ribeiro Carvalho, ex - Prefeito do Município de Faro, referentes ao exercício de 2000, em função do descumprimento de normas constitucionais e legais (art. 212 da CF/88; art. 77, III, §§ 1º e 3º do ADCT (EC 29/2000); arts. 167, Inciso II da CF/88 e 59 da Lei nº 4.320/1964; art. 43 da Lei nº 4.320/1964 e art. 7º da Lei nº 9.424/1996); B) Aplicar ao responsável as seguintes multas, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, multa de R\$-15.000,00 (quinze mil reais) em função do descumprimento dos dispositivos legais acima citados, além dos seguintes: Art. 37, II e IX da CF/88, Art. 50 da LRF e Art. 1º da IN nº 01/98 TCM; Com base no Art. 57, III, alínea "a" da LOTCM, multa de R\$-500,00 (quinhentos reais) pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º (4 dias) e 3º (2 dias) trimestres e do Balanço Geral (8 dias), face ao descumprimento do disposto no Art. 30, inciso II, alínea "a" da LC nº 25/94 (LO /TCM, à época), com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelos Conselheiros Daniel Lavareda e Antonio José. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou a proposta de Decisão apresentada, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas apresentadas pelo Sr. João Alfredo Ribeiro Carvalho, ex Prefeito do Município de Faro, referentes ao exercício de 2000, em função do descumprimento de normas constitucionais e legais (Art. 212 da CF/88; Art. 77, III, §§ 1º e 3º do ADCT (EC 29/2000); Arts. 167, inciso II da CF/88 e Art. 59 da Lei nº 4.320/1964; Art. 43 da Lei nº 4.320/1964 e Art. 7º da Lei nº 9.424/1996), com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: aplicar ao responsável as seguintes multas, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP: R\$-15.000,00 (quinze mil reais), em função do descumprimento dos dispositivos legais acima citados, além dos seguintes: Art. 37, II e IX da CF/88, Art. 50 da LRF e Art. 1º da IN nº 01/98 TCM; com base no Art. 57, III, alínea "a" da LO /TCM, R\$ - 500,00 (quinhentos reais) pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º (4 dias) e 3º (2 dias) trimestres e do Balanço Geral (8 dias), face ao descumprimento do disposto no Art. 30, inciso II, alínea "a" da LC nº 25/94 (LO /TCM, à época). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Com impedimento do Conselheiro substituto Sérgio Dantas que funcionou nos autos, à época, como Auditor do feito. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1360022008-00; Câmara Municipal de Floresta do Araguaia**; Prestação de Contas – 2008; Responsável Hilário Martins de Sousa; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela



81 aprovação das contas da Câmara Municipal de Floresta do Araguaia, exercício financeiro de 2008, de  
82 responsabilidade de Hilário Martins de Sousa, com a expedição do Alvará de Quitação pelas  
83 despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.  
84 **Processo nº 1190022007-00; Câmara Municipal de Novo Repartimento; Prestação de**  
85 **Contas – 2007; Responsável Adair Francisco Faria; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público**  
86 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº**  
87 **32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
88 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada  
89 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
90 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalva, aplicação de multa ao  
91 Ordenador no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), que deverá ser recolhida ao FUMREAP/TCM,  
92 pelo fracionamento das citadas despesas, com base no Art. 57 da LC nº 084/12; ciência imediata da  
93 decisão ao Poder Legislativo Municipal. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos  
94 Araújo. **Processo nº 1170022007-00; Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá;**  
95 **Prestação de Contas – 2007; Responsável Robson Ferreira dos Santos; Instrução 1ª Controladoria;**  
96 **Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco**  
97 **Dantas; Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
98 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com  
99 aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria  
100 foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *“pela não aprovação das*  
101 *presentes contas por considerá-las irregulares na forma do Artº 32, III, “c” da LC nº 84/2012, devendo o*  
102 *Ordenador das despesas recolher as seguintes importâncias: R\$-139.302,96 (cento e trinta e nove mil,*  
103 *trezentos e dois reais e noventa e seis centavos), devidamente corrigidos aos Cofres Municipais, referente a*  
104 *conta “Agente Ordenador”; Ao FUMREAP: multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fulcro no Artº 120-A, II,*  
105 *do RI/TCM, face o descumprimento do regime de competência da despesa previsto no Artº 50, II da LRF;*  
106 *multa de R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), com base no Artº 120-B do RI/TCM, face a não remessa dos*  
107 *atos de abertura de créditos adicionais. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”.* **Em votação:** O  
108 Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José  
109 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a  
110 exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
111 decidiu pela não aprovação das contas por considerá-las irregulares, na forma do Artº 32, III, “c” da  
112 LC nº 84/2012, com o recolhimento das seguintes importâncias: R\$-139.302,96 (cento e trinta e  
113 nove mil, trezentos e dois reais e noventa e seis centavos), devidamente corrigidas aos Cofres  
114 Municipais, referente a conta “Agente Ordenador”; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.  
115 **Por maioria:** ao FUMREAP: multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fulcro no Artº 120-A, II, do  
116 RI/TCM, face o descumprimento do regime de competência da despesa previsto no Artº 50, II da  
117 LRF; R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), com base no Artº 120-B do RI/TCM, face a não  
118 remessa dos atos de abertura de créditos adicionais. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a  
119 exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos  
120 Araújo. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. Houve a



121 inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 01 e 02: **Processo nº 170012008-00;**  
122 **Prefeitura Municipal de Bragança;** Prestação de Contas – 2008; de Governo; Responsável Edson  
123 Luiz de Oliveira; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha;  
124 Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo  
125 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
126 pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
127 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** “*pela emissão de Parecer Prévio recomendando*  
128 *à Câmara do Município a aprovação das contas do Senhor Edson Luiz Oliveira, Prefeito Municipal de Bragança,*  
129 *exercício de 2008* “. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou a Relatora, com a  
130 ressalva quanto ao descumprimento do estabelecido no Art. 29-A, inciso II, da CF/88, no que foi  
131 acompanhado pelo Conselheiro Cezar Colares e pelo Conselheiro substituto Sérgio Dantas. O  
132 Conselheiro Antonio José acompanhou a Relatora, na íntegra. Com abstenção do Conselheiro José  
133 Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela  
134 emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, **por maioria,** com a ressalva quanto  
135 ao descumprimento do Art. 29-A, inciso II da CF/88. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o  
136 Conselheiro Antonio José que não acompanhou a ressalva proposta pelo Conselheiro Daniel  
137 Lavareda. **Processo nº 170012008-00; Prefeitura Municipal de Bragança;** Prestação de  
138 Contas – 2008; de Gestão; Responsável Edson Luiz de Oliveira; Instrução 3ª Controladoria;  
139 Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia;  
140 **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
141 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio  
142 contrário a aprovação das contas, com aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão.** A  
143 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
144 **unanimidade,** decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas prestadas pelo Senhor Edson Luiz  
145 de Oliveira, com a emissão do Alvará de Quitação no valor de R\$-55.300.771,30 (cinquenta e cinco  
146 milhões, trezentos mil, setecentos e setenta e um reais e trinta centavos), após a comprovação do  
147 recolhimento da multa pela remessa intempestiva do RGF, correspondente a R\$-18.000,00 (dezoito  
148 mil reais), de acordo com a Lei Federal nº 10.028/2000. Com abstenção do Conselheiro José Carlos  
149 Araújo. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a  
150 inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 08 e seguintes: **Processo nº 560202010-**  
151 **00; Fundo Municipal de Educação de Peixe-Boi;** Prestação de Contas – 2010 - Anuais de  
152 Gestão; Responsável Élia Jaques Rodrigues; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público:  
153 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE**  
154 **nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
155 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
156 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
157 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de  
158 Peixe-Boi, exercício de 2010, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-4.631.407,34  
159 (quatro milhões, seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e sete reais e trinta e quatro centavos).  
160 Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 750052010-00;**



**Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Capim;** Prestação de Contas – 2010 de Gestão; Responsável Andreia Cabral Portal; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Capim, exercício de 2010, devendo a Ordenadora de despesas Andreia Cabral Portal, recolher ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), na forma do art. 120-B, IV, § 1º, do RI/TCM, após o que será expedido em seu nome, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-1.260.191,87 (um milhão, duzentos e sessenta mil, cento e noventa e um reais e oitenta e sete centavos)*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Capim, exercício de 2010, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, de multa no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), na forma do Art. 120-B, IV, § 1º, do RI/TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200809935-00; Câmara Municipal de Palestina do Pará;** Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 13.738, de 15.09.2005; (Prestação de Contas de 2002); Responsável Moacir Marques Ribeiro; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Revisão para, no mérito, dar-lhe provimento parcial e aprovar, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Palestina do Pará, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade de Moacir Marques Ribeiro, com as seguintes determinações: 1. reduzir a multa pelo, remessa em atraso do RGF para R\$-1.000,00 (um mil reais); 2. excluir da decisão recorrida: 2.1) não cumprimento do Art. 29-A, I, da CF/1988; 2.2) não cumprimento do Art. 42, da Lei nº 101/2000 (disponibilidade financeira); 2.3) despesas realizadas acima das autorizadas para os elementos 3190-11, 3390- 14, 4490-51 e 4490-52, e 2.4) multa Art. 57, II, LC nº 25/94. Com abstenção do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201218356-00 – 790022009-00; Câmara Municipal de São Miguel do Guamá;** Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão N.º 22.867, de 16.10.2012 (Prestação de Contas de 2009); Responsável Raimundo Trindade Sodré Lopes; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201114377-00 – 750022002-00;**



**Câmara Municipal de São Domingos do Capim;** Recurso de Reconsideração da decisão Objeto do Acórdão nº 21.357/2011-TCM; (Prestação de Contas de 2002); Responsável Raimundo Orandino Marinho de Araújo; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, para reformar o Acórdão nº 21.357/2011-TCM, no sentido de aprovar as contas de Câmara Municipal de São Domingos do Capim, exercício 2002, vez que os documentos apresentados e o comprovante de recolhimento do valor atribuído à conta "Agente Ordenador" foram suficientes para elidir as irregularidades que conduziram à sua reprovação. Isto posto, deve-se dar baixa no valor recolhido de R\$ 6.897,90 (seis mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa centavos), a título de "Agente Ordenador", e no de R\$ 13.236,00 (treze mil, duzentos e trinta e seis reais), por terem sido apresentados os comprovantes de pagamentos por serviços jurídicos; mantendo, porém, a aplicação das multas de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), pela não remessa dos RGF do exercício; de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), pela remessa extemporânea da prestação de contas do exercício; de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pela não apropriação dos encargos patronais; e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela não prestação de contas em meio magnético, não remessa do balancete consolidado do exercício, realização de despesas sem autorização, e descontrole financeiro e orçamentário".* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator com a redução da multa do RGF em 50%. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, para reformar o Acórdão nº 21.357/2011-TCM, no sentido de aprovar as contas de Câmara Municipal de São Domingos do Capim, exercício 2002, vez que os documentos apresentados e o comprovante de recolhimento do valor atribuído à conta "Agente Ordenador" foram suficientes para elidir as irregularidades que conduziram à sua reprovação; dar baixa no valor recolhido de R\$-6.897,90 (seis mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa centavos), a título de "Agente Ordenador", e no de R\$-13.236,00 (treze mil, duzentos e trinta e seis reais), por terem sido apresentados os comprovantes de pagamentos por serviços jurídico; de R\$-3.500,00 (três mil e quinhentos reais), pela remessa extemporânea da prestação de contas do exercício; de R\$-1.000,00 (um mil reais), pela não apropriação dos encargos patronais; e de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela não prestação de contas em meio magnético, não remessa do balancete consolidado do exercício, realização de despesas sem autorização, e descontrole financeiro e orçamentário; mantendo, porém, a aplicação da multa pela não remessa do RGF, **por maioria**, no valor de R\$-5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a redução do valor da multa do RGF. **Processo nº 1140022004-00; Câmara Municipal de Goianésia do Pará;** Recurso de Reconsideração contida no Acórdão nº 19.271/2010 (Prestação de Contas de 2004); Responsável Evaldo Mendes Sousa; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -



241 Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.  
242 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
243 manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.**  
244 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pelo conhecimento e provimento do Recurso, para*  
245 *reformular a decisão contida no Acórdão nº 19.271/2010, aprovando as contas da Câmara Municipal*  
246 *de Goianésia do Pará, exercício de 2004, de responsabilidade do então Vereador – Presidente, Sr.*  
247 *Evaldo Mendes de Sousa*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar  
248 Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na  
249 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia votou pela aprovação das contas, com ressalva. A Presidência  
250 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do  
251 Recurso, para reformar a decisão contida no Acórdão nº 19.271/2010, aprovando as contas da  
252 Câmara Municipal de Goianésia do Pará, exercício de 2004, de responsabilidade do então Vereador –  
253 Presidente, Sr. Evaldo Mendes de Sousa. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a ressalva.  
254 **Processo nº 200809749-00 – 200811691-00; Câmara Municipal de São Francisco do**  
255 **Pará;** Recurso de Reconsideração contra a Decisão contida no Acórdão nº 12.935; (Prestação de  
256 Contas de 2000); Responsável Francisco Nobre do Nascimento; Instrução 4ª Controladoria;  
257 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco  
258 Dantas; **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
259 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e  
260 provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu  
261 **VOTO:** "*pelo conhecimento e provimento do Recurso, no sentido de reformar a decisão contida no*  
262 *Acórdão nº 12.935, desta feita pela aprovação da Prestação de Contas da Câmara Municipal de São*  
263 *Francisco do Pará, referente ao exercício financeiro de 2000, de responsabilidade do Sr. Francisco*  
264 *Nobre do Nascimento, ora Recorrente, em favor de quem deve ser expedido o competente Alvará de*  
265 *Quitação no valor de R\$-200.541,96 (duzentos mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e*  
266 *seis centavos), pelas despesas ordenadas*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o  
267 Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, na íntegra. A  
268 Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Conselheiro Relator, porém aprovou as contas com ressalva.  
269 O Conselheiro José Carlos Araújo pediu VISTA dos autos. **Processo nº 201313265-00 –**  
270 **0514112007-00; Fundo Municipal de Saúde de Óbidos;** Embargo de Declaração em face do  
271 Acórdão nº 23.731, de 14.05.13; Responsável Ana Elza de Andrade Tavares Almeida; Instrução 4ª  
272 Controladoria; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o  
273 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
274 **unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso, ante o não preenchimento dos  
275 requisitos específicos previstos no caput do Art. 70, da Lei Complementar nº 84/2012. **Processo nº**  
276 **201303224-00; Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Gurupá;**  
277 **Prestação de Contas do Convênio nº 001/2012, firmado com a Prefeitura Municipal de Gurupá;**  
278 **Responsável Milton Santo de Brito Pena; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**  
279 **Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.569, de**  
280 **24.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento



dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalva em função do atraso na apresentação das contas do Convênio nº 001/2012, da Conveniente Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Gurupá, de responsabilidade de Milton Santo Bento Pena, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). **Processo nº 200805662-00; Associação Comunitária Nova Esperança**; Prestação de Contas do Convênio nº 002/2008, firmado com a SEMEC; Responsável Maria Joselina Chaves Fonseca; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014**.

Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 002/2008, firmado com a SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-48.720,00 (quarenta e oito mil, setecentos e vinte reais). **Processo nº 200904723-00; Fundação Criança Feliz**; Prestação de Contas do Convênio nº 07/2009, firmado com a SEMEC; Responsável Nilda Maria Paula Nunes; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.569, de 24.01.2014**.

Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais). **Processo nº 201305736-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB**; Aposentadoria - Portaria nº 276/2013, 25.03.2013; Interessada Maria de Belém Oliveira dos Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201306710-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal – IPMC**; Aposentadoria - Portaria nº 029/2013, 07.05.2013; Interessada Maria Nilza Bandeira Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201107495-00; IPASM de Ananindeua**; Aposentadoria - Portaria nº 050/2011; Interessada Maria do Socorro Rocha da Cunha; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Adriana Oliveira. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao



registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua **proposição de**  
**Decisão:** *"pela negativa de registro a Portaria nº 050/2011, de 02 de maio de 2011, do Instituto de*  
*Previdência e Assistência de Ananindeua - IPMA, que aposentou a Sra. Maria do Socorro Rocha da*  
*Cunha, no cargo de Professor Nível III, uma vez que não restou comprovado que a servidora possui*  
*curso de Pós-Graduação lato sensu, afrontando, desse modo, a Lei Municipal nº 2.355/2009, Anexo*  
*VI, que exige tal requisito para a ocupação do cargo em apreço, assim como consta inclusa,*  
*indevidamente, na composição dos proventos da Servidora a parcela temporária de*  
*"suplementação", em desacordo com o disposto na Lei nº 2.177/2007".* **Em votação:** o Conselheiro  
Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro  
substituto Sérgio Dantas acompanharam a proposição de voto apresentada, na íntegra. A  
Conselheira Mara Lúcia acompanhou a proposição de voto apresentada, com a aplicação de multa ao  
Dirigente do Órgão pelo não atendimento da diligência efetuada pelo TCM. A Presidência proclamou  
a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro a Portaria nº 050/2011,  
de 02 de maio de 2011, do Instituto de Previdência e Assistência de Ananindeua - IPMA, que  
aposentou a Sra. Maria do Socorro Rocha da Cunha, no cargo de Professor Nível III, uma vez que  
não restou comprovado que a Servidora possui curso de Pós-Graduação lato sensu, afrontando,  
desse modo, a Lei Municipal nº 2.355/2009, Anexo VI, que exige tal requisito para a ocupação do  
cargo em apreço, assim como consta inclusa, indevidamente, na composição dos proventos da  
servidora a parcela temporária de "suplementação", em desacordo com o disposto na Lei nº  
2.177/2007. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação de multa. Com abstenção do  
Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201210996-00; Instituto Municipal de**  
**Previdência de Portel;** Aposentadoria - Portaria nº 046/2012; Interessada Iracilda Santos da  
Silva; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Auditora convocada para apresentar  
proposta de Decisão: Adriana Oliveira. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria  
foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua **proposição de Decisão**. A Presidência  
proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro da Portaria  
nº 046/2012, de 17 de dezembro de 2012, do Instituto Municipal de Previdência de Portel - IMP, que  
aposentou a Sra. Iracilda Santos da Silva, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com proventos  
integrais de R\$-964,10 (novecentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), com fundamento no  
Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03. **Processo nº 201200430-00; Secretaria Municipal**  
**de Saúde de Belém – Sesma;** Termo Aditivo Contratos Temporários firmados com Angelina  
Batista Alves e Outros; Interessado Roberval Luiz Feio Farias - Secretário em Exercício; Ministério  
Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda -  
Retirado de Pauta na Sessão do dia 17.12.13. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro. A matéria foi  
colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela negativa de registro dos*  
*267 (duzentos e sessenta e sete) Termos Aditivos que alteram os contratos temporários firmados*  
*com Angelina Batista Alves e outros, bem como das 84 (oitenta e quatro) novas Contratações*  
*Temporárias, firmadas com Thatiane Oeiras Guedes de Carvalho e outros, para desempenho das*



funções de Técnicos em Enfermagem, Médicos, Auxiliar de Consultório Dental, Técnico em Radiologia, Agente de Vigilância Sanitária e Ambiental, Enfermeiro, Assistente Administrativo, Farmacêutico, Nutricionista, Odontólogo, Assistente Social, Atividade de Nível Superior, Psicólogo, Administrador e Auxiliar Administrativo, visto que os Termos Aditivos e as Contratações Temporárias violam o Art. 37, incisos II e IX da CF/88. Multa ao Prefeito Municipal de Belém Sr. Duciomar Costa, responsável pelas contas dos exercícios de 2011/2012, de R\$-10.000,00 (dez mil reais), pelo descumprimento da decisão do Tribunal de Contas dos Municípios, com base no Art. 282, II, "c" do Regimento Interno do TCM. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, porém divergiu quanto a multa imputada que deverá ser cobrada no processo de prestação de contas de Governo. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela negativa de registro dos 267 (duzentos e sessenta e sete) Termos Aditivos que alteram os contratos temporários firmados com Angelina Batista Alves e outros, bem como das 84 (oitenta e quatro) novas Contratações Temporárias, firmadas com Thatiane Oeiras Guedes de Carvalho e outros, para desempenho das funções de Técnicos em Enfermagem, Médicos, Auxiliar de Consultório Dental, Técnico em Radiologia, Agente de Vigilância Sanitária e Ambiental, Enfermeiro, Assistente Administrativo, Farmacêutico, Nutricionista, Odontólogo, Assistente Social, Atividade de Nível Superior, Psicólogo, Administrador e Auxiliar Administrativo, visto que os Termos Aditivos e as Contratações Temporárias violam o Art. 37, incisos II e IX da CF/88; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** multa ao ex - Prefeito Municipal de Belém, Sr. Duciomar Costa, responsável pelas contas dos exercícios de 2011/2012, no valor de R\$-10.000,00 (dez mil reais), pelo descumprimento da decisão do Tribunal de Contas dos Municípios, com base no Art. 282, II, "c" do Regimento Interno do TCM. Vencido o Conselheiro Cezar Colares quanto a multa. **Processo nº 201220363-00; PMB/SEMEC; Contrato Temporário de Pessoal - 2012; Interessado Fernando Pantoja da Costa; Ministério Público Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Alexandre Cunha.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão:** "pela negativa de registro". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou a proposta de Decisão apresentada. A Conselheira Mara Lúcia divergiu e votou pelo registro do Ato, no que foi acompanhada pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Cezar Colares e Conselheiro Antonio José. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, acompanhando o voto da Conselheira Mara Lúcia, decidiu pelo registro do Ato. Vencido o Conselheiro José Carlos Araújo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro substituto Sérgio Dantas. **Processo nº 201213847-00; PM de Belém/Fundação Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira; Contratos Temporários – 2012; Interessado Elton Barros Braga; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Márcia Costa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro dos Contratos Temporários de nº's 108, 109 e 112/2012, e pelo não



registro dos Contratos de nº's 110, 111 e 113/2012. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua **proposta de Decisão**: "pelo registro dos Contratos Temporários nº's 108, 109 e 112/2012, celebrados entre a Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira e Paulo Alves dos Santos, Valber Santos de Araújo e Viviane de Andrade Lobo, eis que caracterizada a necessidade excepcional de interesse público e a comprovação do motivo ensejador das contratações; pela negativa de registro aos Contratos Temporários nº's 110, 111 e 113/12, celebrados com Aldelena Lobato da Silva, Kátia Silvanya Fortaleza Alves e Silvia Helena Oliveira Reis, uma vez ausente nos autos a comprovação dos pressupostos legais; anexar à prestação de contas do respectivo exercício para análise conjunta da despesa correspondente; recomendar à FUNBOSQUE ultimar as providências cabíveis no sentido de dar continuidade ao Concurso Público nº 001/2012, visando regularizar a situação de excepcionalidade atestada, atendendo às regras constitucionais vigentes". **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Daniel Lavreda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam a proposta de Decisão apresentada. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários d nº's 108, 109 e 112/2012, celebrados entre a Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira e Paulo Alves dos Santos, Valber Santos de Araújo e Viviane de Andrade Lobo, eis que caracterizada a necessidade excepcional de interesse público e a comprovação do motivo ensejador das contratações; pela negativa de registro aos Contratos Temporários de nº's 110, 111 e 113/12, celebrados com Aldelena Lobato da Silva, Kátia Silvanya Fortaleza Alves e Silvia Helena Oliveira Reis, uma vez ausente nos autos a comprovação dos pressupostos legais; anexar à prestação de contas do respectivo exercício para análise conjunta da despesa correspondente; recomendar à FUNBOSQUE ultimar as providências cabíveis no sentido de dar continuidade ao Concurso Público nº 001/2012, visando regularizar a situação de excepcionalidade atestada, atendendo às regras constitucionais vigentes. **Processo nº 201319262-00; Câmara Municipal de Acará**; Subsídio - Resolução nº 001/12, de 21.09.12, que fixa Remuneração de Vereadores; Interessado Joriedson de Lima Monteiro; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 001/12, de 21/09/2012, que fixou o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Acará para a Legislatura de 2013/2016. **Processo nº 201201091-00; Câmara Municipal de Augusto Corrêa**; Subsídio - Resolução nº 005/2011, de 13.12.11, que reajusta Remuneração de Servidores; Interessado Raimundo Reginaldo Santana; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pelo cadastramento da Resolução nº 005/2011, de 13/12/2011, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Augusto Corrêa, que reajusta a remuneração dos servidores do Legislativo". **Em votação**: o



Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pela negativa de cadastramento do Ato. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 005/2011, de 13/12/2011, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Augusto Corrêa, que reajusta a remuneração dos servidores do Legislativo. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pela negativa de cadastramento do Ato. **Processo nº 201305862-00; Câmara Municipal de Concórdia do Pará;** Subsídio - Resolução nº 002/2013, de 14.03.13, que Reajusta Remuneração de Servidores; Interessado(a) Elizamar de Lima Sousa; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pelo cadastramento da Resolução nº 002/2012, de 14/03/2013, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Concórdia do Pará, que reajusta a remuneração dos servidores do Legislativo*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos Araújo divergiram do Relator e votaram pela negativa de cadastramento do Ato. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 002/2012, de 14/03/2013, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Concórdia do Pará, que reajusta a remuneração dos servidores do Legislativo. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** o Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra e ressaltou a importância de ser disponibilizado no Portal da Transparência a lista dos inadimplentes com relação a multas e recolhimentos determinadas pelo TCM. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo convidou os Conselheiros para participarem do Evento que será realizado no Município de Xinguara, em Convênio com a UFPA, nos próximos dias 13, 14 e 15 de fevereiro, onde serão ministrados 4 (quatro) cursos de capacitação pelos Técnicos do TCM. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta e sete minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e oito de janeiro de dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão

Conselheira Vice- Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão